

# JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

*Volume 13, Número 2, Outubro de 2024*

TRADUÇÕES

## **Quem decide o que é democrático?**

*Adam Przeworski*

## **Por que as autocracias temem os direitos LGBTQ+?**

*Gino Pauselli e María José Urzúa*

## **Europa Centro-Oriental: Os jovens e a extrema direita**

*Laura Jakli*

## **O modelo Bukele vai se espalhar?**

*Manuel Meléndez-Sánchez e Alberto Vergara*

## **Por que o México não está à beira do abismo**

*Viridiana Ríos*

---

ARTIGO INÉDITO

## **Construção da democracia na África Austral**

*Jonuel Gonçalves*

**PLATAFORMA  
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC  
CENTRO EDELSTEIN

[PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG](http://PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG)



## O modelo Bukele vai se espalhar?

*Manuel Meléndez-Sánchez e Alberto Vergara*

*Manuel Meléndez-Sánchez é doutorando em governo da Universidade Harvard. Alberto Vergara é professor de ciências políticas e sociais da Universidad del Pacífico em Lima.*

**E**m 26 de março de 2022, o presidente de El Salvador, Nayib Bukele, declarou guerra ao crime, decretou estado de emergência, suspendendo uma série de direitos constitucionais, e ordenou que o exército saísse às ruas. Nas duas semanas seguintes, as autoridades realizaram mais de 8.500 prisões, um número que aumentaria para quase oitenta mil — mais de 1% da população — até 2024.

A repressão funcionou. No início de 2023, as *maras* — poderosas gangues que controlavam áreas significativas do território, extorquiam grande parte da população e transformaram El Salvador em um dos países mais violentos do mundo — praticamente desapareceram. As taxas oficiais de homicídio e extorsão caíram para níveis recordes. E, apesar das prisões arbitrárias generalizadas e outros abusos do Estado, a aprovação de Bukele subiu para 90%. “Bukele”, comentou o prefeito de Lima, Rafael López Aliaga, “realizou um milagre”.<sup>1</sup>

De fato, esse é um resultado que desafia muito do que sabemos sobre repressão. Bukele está longe de ser o primeiro presidente latino-americano a adotar políticas *mano dura* [“mão dura”] de combate

\* Publicado originalmente como “The Bukele Model: Will It Spread?”, *Journal of Democracy*, Volume 35, Number 3, July 2024 © 2024 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

ao crime. No início e meados dos anos 2000, por exemplo, os governos de El Salvador, Guatemala e Honduras implementaram severos programas de *mano dura* para enfrentar a crescente insegurança. No México, o presidente Felipe Calderón declarou guerra aos cartéis de drogas do país no final de 2006. Governos nacionais e subnacionais no Brasil e na Colômbia também experimentaram políticas repressivas contra o crime. Equador e Honduras também vêm adotando suas próprias políticas repressivas. Até Bukele, contudo, nenhuma dessas políticas repressivas havia eliminado o crime violento — a maioria, na verdade, teve efeito contrário.

Em uma região marcada pela insegurança persistente, governança ineficaz e governantes impopulares, o sucesso sem precedentes de Bukele no combate ao crime rapidamente o transformou em uma estrela internacional. Em 2023, a pesquisa Latinobarómetro pediu aos entrevistados que avaliassem onze presidentes em exercício nas Américas. Bukele recebeu de longe a maior pontuação (ver tabela). No Twitter, sua plataforma preferida, Bukele acumulou 6,1 milhões de seguidores, mais de dez seguidores para cada usuário salvadorenho. E uma extensa lista de políticos — incluindo presidentes, ministros, legisladores, autoridades locais e candidatos abrangendo quase todos os países da região — elogiaram e até prometeram emular as políticas de segurança de Bukele. Alguns, como o candidato à presidência equatoriana em 2023 Jan Topiic, o jornalista e político argentino Gabriel Santiago Cúneo e o advogado e deputado chileno Gaspar Rivas Sánchez chegaram a ponto de se apresentar explicitamente como “Bukeles locais”.

Em suma, o presidente salvadorenho e suas políticas de segurança — o “modelo Bukele” — tornaram-se uma das marcas políticas mais visíveis, populares e influentes da América Latina. A difusão do *bukelismo* levanta pelo menos três questões importantes. Por que a repressão de Bukele teve sucesso quando tantas experiências anterio-

res com *mano durismo* falharam? El Salvador pode servir como um modelo viável para o resto da região? E quais são as implicações do amplo apelo do modelo Bukele para a democracia na América Latina?

### **Dilemas da *mano dura***

As políticas de *mano dura* quase sempre falham em conter o crime organizado por pelo menos duas razões. Primeiro, como observou Benjamin Lessing, quando o Estado declara guerra incondicional ao crime, os grupos criminosos têm pelo menos dois poderosos incentivos para “combater fogo com fogo”: proteger-se fisicamente da repressão do Estado e persuadir o Estado a reverter — ou pelo menos se abster de aplicar — suas políticas repressivas. Como resultado, as políticas de combate ao crime acabam levando a mais, não menos, violência. No México, por exemplo, os homicídios relacionados aos cartéis se multiplicaram por oito depois que o presidente Felipe Calderón declarou uma “batalha sem quartel” contra os grupos de narcotráfico.<sup>2</sup>

Em segundo lugar, as políticas de *mano dura* tendem a desencadear mudanças contraproducentes na estrutura organizacional dos grupos criminosos. Em El Salvador, as *maras* eram constelações frouxas de grupos pequenos, dispersos e relativamente não violentos até meados dos anos 2000, quando os governos implementaram políticas de *mano dura*. Essas repressões não apenas motivaram as gangues a se unirem (para combater mais efetivamente o Estado) como também lhes deram a oportunidade de fazê-lo (ao reunir fisicamente os líderes das gangues em prisões pouco supervisionadas). Foi assim que as *maras* de El Salvador evoluíram para organizações nacionais poderosas e coesas. No México, a “estratégia do chefão” de Calderón — os alvos eram os líderes dos cartéis — teve o efeito oposto na organização dos grupos criminosos, levando à fragmentação, competição e lutas internas. Mas o resultado geral espelhou o de El Salvador: os grupos criminosos se tornaram mais violentos após a repressão.<sup>3</sup>

**Tabela:** Avaliação regional e reconhecimento de nome dos governantes do Hemisfério Ocidental em 2023

Nome	País	Avaliação	Reconhecimento
<b>Nayib Bukele</b>	<b>El Salvador</b>	<b>6,78</b>	<b>49,9</b>
Joe Biden	EUA	4,93	55,9
Lula da Silva	Brasil	4,61	53,5
AMLO	México	4,38	43,0
Guillermo Lasso	Equador	3,78	23,9
Luis Lacalle Pou	Uruguai	3,63	20,7
Gabriel Boric	Chile	3,62	25,7
Gustavo Petro	Colômbia	3,62	25,3
Alberto Fernández	Argentina	3,57	28,6
Daniel Ortega	Nicarágua	3,04	43,2
Nicolás Maduro	Venezuela	2,16	74,2

Fonte: Pesquisa Latinobarómetro 2023.

Nota: As pontuações de avaliação são a resposta média em uma escala de opinião de 0 (“muito ruim”) a 10 (“muito bom”) entre aqueles que responderam à pergunta. O reconhecimento do nome é calculado subtraindo de 100 a porcentagem de entrevistados que disseram que não sabiam quem era cada presidente. Os números são as médias dos dezessete países incluídos na amostra, com cada país recebendo peso igual, mas excluindo o país de origem de cada presidente.

Ao mesmo tempo, as políticas de *mano dura* tendem a ter um alto custo para a democracia. As políticas de combate ao crime geralmente envolvem uma séria restrição dos direitos individuais e das proteções contra abusos do Estado. A guerra do México contra as drogas, por exemplo, levou a desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais e atos sistemáticos de tortura pela polícia.<sup>4</sup> Execuções extrajudiciais cometidas pela polícia também foram comuns durante repressões locais no Brasil.<sup>5</sup> E em El Salvador, a guerra de Bukele contra as gangues resultou em prisões arbitrárias generalizadas, na eliminação de garantias do devido processo legal e em atos de tortura estatal dentro das prisões.<sup>6</sup> Além disso, como as medidas repressivas são mais

propensas a atingir áreas com altos níveis de criminalidade, e como os grupos criminosos tendem a prosperar em comunidades marginalizadas com presença limitada do Estado, são muitas vezes os mais vulneráveis que sofrem o impacto do abuso do Estado.

Em resumo, as políticas de *mano dura* raramente funcionam, muitas vezes saem pela culatra e quase sempre acarretam altos custos para a democracia. No entanto, apesar desse histórico, elas são surpreendentemente populares entre os eleitores latino-americanos. Em 2014, o Projeto de Opinião Pública da América Latina (LAPOP) perguntou aos participantes de dezoito países latino-americanos se o crime deveria ser combatido por meio de políticas de prevenção ou de punições mais severas. Aqueles a favor de medidas punitivas superaram em número aqueles a favor de estratégias preventivas em todos os países. Em 2016, mais de 83% de todos os entrevistados do LAPOP concordaram que as penas por crimes precisavam ser aumentadas. E estudos mostram que o apelo das políticas de combate ao crime na América Latina é amplo, diverso e muitas vezes atravessa linhas ideológicas.<sup>7</sup>

Para os políticos, essa realidade apresenta um difícil dilema entre boa política pública e boa estratégia política. Dada a popularidade do *mano durismo*, os políticos muitas vezes se deparam com poderosos incentivos eleitorais para adotar políticas duras contra o crime, particularmente em países onde o crime e a insegurança são questões dominantes. Embora a repressão e outras políticas similares sejam caras e ineficazes, adotá-las é, portanto, muitas vezes uma boa estratégia política, pelo menos no curto prazo. Os políticos podem, em princípio, resistir à tentação *mano durista* e, em vez disso, investir em políticas com maior probabilidade de fornecer soluções sustentáveis para a insegurança, como erradicar as “causas primárias do crime” por meio do desenvolvimento econômico e da inclusão, aumentando a capacidade do Estado, ou investindo em programas de prevenção e reabilitação. Mas essas políticas são compromissos de longo prazo

que podem produzir resultados significativos apenas meses ou anos após serem implementadas. Muitas vezes fazem pouco para atender às demandas dos cidadãos por ações imediatas e enérgicas. Seguir esse caminho alternativo geralmente é uma boa política pública, mas uma má estratégia política.

Esse dilema contribuiu para um ciclo perverso em muitas democracias latino-americanas: diante de um apetite público avassalador pela *mano dura*, os governos adotam políticas populares de combate ao crime que, quase inevitavelmente, fracassam ou têm o efeito contrário. Os governos então às vezes redobram a aposta na *mano dura*, mas acabam sendo forçados a reduzir ou abandonar políticas repressivas — até que as demandas públicas desencadeiem uma nova onda de *mano durismo*. Os direitos individuais sofrem e a insegurança persiste.

Em El Salvador, no entanto, Bukele pareceu encontrar uma solução convincente para esses dilemas: um modelo de *mano dura* que prometia erradicar o crime, fazê-lo rapidamente e obter apoio público imediato e generalizado, apesar de seu extenso impacto sobre os direitos individuais. Esse é o apelo do modelo Bukele — e também seu enigma. Se a história e a teoria nos dizem que as políticas de *mano dura* estão destinadas ao fracasso, por que a repressão de Bukele teve sucesso?

## Entendendo o modelo Bukele

Quando Bukele tornou-se presidente em junho de 2019, as taxas de homicídio estavam em declínio acentuado e constante há três anos, de 107 por 100.000 em 2015 para 53 por 100.000 em 2018.<sup>8</sup> Uma vez no cargo, Bukele optou por negociar com as *maras*: em troca de benefícios para membros de gangues encarcerados, proteção contra extradição, policiamento mais brando e outras concessões, os grupos criminosos dominantes do país — a *Mara Salvatrucha* (MS-13), o *Barrio 18 Revolucionarios* e o *Barrio 18 Sureños* — concordaram em manter

a violência homicida a um mínimo.<sup>9</sup> Esse pacto de não agressão ajudou a reduzir ainda mais a violência, e a taxa de homicídios caiu pela metade durante os dois primeiros anos da presidência de Bukele.

Então, em 25 de março de 2022, a MS-13 iniciou uma onda de assassinatos. Aparentemente desencadeada por um colapso nas negociações da gangue com o governo, essa onda súbita e coordenada de ataques marcou uma reversão impressionante nos recentes avanços do país na contenção de homicídios: a MS-13 tirou pelo menos 86 vidas em um período de 72 horas, e 26 de março — quando ocorreu a maior parte da violência — marcou o dia mais mortal já registrado na história de El Salvador.

Essa crise de segurança aguda e inesperada desencadeou a dramática virada de Bukele em direção ao *mano durismo*. Na manhã de 26 de março, Bukele e seus aliados começaram a implementar em todo o país a repressão intensa que viria a ser conhecida como o “modelo Bukele”, incluindo:

**1. A suspensão formal dos direitos constitucionais.** A supermaioria parlamentar de Bukele aprovou rapidamente um *régimen de excepción* — um estado de emergência ou “regime de exceção” — suspendendo vários direitos individuais e garantias de devido processo legal. O estado de emergência permitiu que as forças de segurança realizassem prisões, interceptassem comunicações privadas e restringissem a liberdade de movimento à vontade. Também suspendeu o direito a um advogado de defesa e permitiu que as autoridades retivessem informações básicas dos detidos e de seus advogados. Originalmente válido por trinta dias, o *régimen de excepción* foi renovado todos os meses desde março de 2022.

**2. Prisões em massa.** O governo procurou punir e desmantelar as gangues eliminando-as fisicamente: prendendo seus membros, colaboradores e, nas palavras de um policial, até mesmo “suas famílias e

seus conhecidos”.<sup>10</sup> As autoridades realizaram mais de 78.000 prisões nos dois anos seguintes. Em janeiro de 2023, o governo inaugurou uma nova megaprisão de segurança máxima, o Centro de Confinamento de Terrorismo (CECOT), para ajudar a abrigar a crescente população carcerária.

**3. Reformas legais punitivas.** Bukele e seus aliados endureceram as diretrizes de sentença e reduziram a idade de responsabilidade por crimes relacionados a gangues; autorizaram julgamentos em massa; e proibiram a disseminação de mensagens de gangues que poderiam “gerar um estado de ansiedade e pânico na população” (inclusive pela imprensa).

Essas medidas tiveram um alto custo para os direitos humanos e para as liberdades individuais. Prisões arbitrárias e injustas foram generalizadas e, à medida que a população encarcerada de El Salvador aumentava — o país logo acumulou a maior taxa de encarceramento do mundo —, relatos de tortura e mortes inexplicadas dentro das prisões tornaram-se comuns.<sup>11</sup> De maneira mais ampla, a repressão teve um efeito inibidor sobre as liberdades civis, mesmo entre aqueles que não foram diretamente afetados por ela: em uma pesquisa de janeiro de 2024, por exemplo, 62,7% dos salvadorenhos disseram que estavam “sendo mais cuidadosos ao compartilhar opiniões políticas”.<sup>12</sup>

Mas se a repressão visava esmagar a violência e destruir as gangues a qualquer custo, então, por essa medida, foi um sucesso retumbante. Mesmo enquanto realizavam 8.500 prisões apenas nas duas primeiras semanas da política de repressão, as forças de segurança pareciam não enfrentar praticamente nenhuma resistência dos grupos criminosos — um ponto crucial ao qual voltaremos mais adiante. A violência e as extorsões despencaram imediatamente e, em poucos meses, o governo salvadorenho relatava uma das menores taxas de homicídio do mundo. Menos de um ano após o início da política de repressão, o renomado veículo de investigação *El Faro* relatou que Bukele havia desmantelado as gangues de El Salvador.<sup>13</sup>

O que explica esse sucesso? Uma razão é o escopo e a intensidade da repressão. O número de prisões efetuadas oferece a visão mais impressionante da escala das políticas de Bukele. Consideremos o México, que até recentemente era o exemplo mais emblemático de políticas repressivas na América Latina. Nos primeiros 43 meses da guerra de Calderón contra as drogas, as autoridades mexicanas realizaram mais de 120.000 prisões — o equivalente a cerca de 107 para

cada 100.000 mexicanos, ou 0,1% da população.<sup>14</sup> Enquanto isso, nos primeiros 24 meses da política de repressão de Bukele, as autoridades salvadorenhas realizaram aproximadamente 1.221 prisões para cada 100.000 salvadorenhas, ou o equivalente a cerca de 1,22% da população — uma ordem de magnitude muito maior do que no México, e em um período de tempo significativamente mais curto. A repressão de Bukele é quase certamente a mais extrema já vista na América Latina.

A pequena escala geográfica de El Salvador e a *relativa* fraqueza das gangues salvadorenhas (em comparação aos cartéis mexicanos, por exemplo, que são mais bem financiados) ajudam a explicar por que Bukele foi capaz de executar uma repressão de tal magnitude. Mas a condição crítica para entender a intensidade da repressão de Bukele é política: muito antes de declarar guerra às gangues, Bukele havia eliminado todos os freios e contrapesos à sua presidência.

Em março de 2021, o presidente usou sua supermaioria legislativa para realizar um autogolpe, demitindo o procurador-geral de El Salvador, destituindo cinco juízes da Câmara Constitucional do Superior Tribunal de Justiça e loteando ambas as instituições.<sup>15</sup> Até novembro,

---

***O senso comum sustenta que a repressão permitiu que Bukele desmantelasse a democracia salvadorenha. Na verdade, foi o oposto: uma repressão de tal magnitude só foi possível porque Bukele já havia capturado ou minado todas as instituições de accountability horizontal.***

---

Bukele havia expurgado o restante dos tribunais inferiores, esvaziado o poder dos governos locais e colocado pessoas leais a ele à frente de todas as outras instituições-chave de fiscalização e controle, incluindo o defensor dos direitos humanos. Ao final de 2021, Bukele havia efetivamente capturado, desmantelado ou cooptado todas as fontes de *accountability* horizontal do Executivo. O presidente, em outras palavras, podia governar sozinho.

Sem um legislativo minimamente autônomo que pudesse forçá-lo a negociar o escopo e as numerosas renovações do estado de exceção, sem um sistema de justiça minimamente independente que pudesse verificar e coibir os abusos do Estado, e com o exército e a polícia firmemente ao seu lado, Bukele estava livre para implementar uma política repressiva maximalista e irrestrita. Bukele insinuou isso durante um discurso na noite em que foi reeleito para um segundo mandato: “Poderíamos ter vencido a guerra contra as gangues com o procurador-geral da ARENA?<sup>III</sup> Poderíamos ter vencido a guerra contra as gangues com o Tribunal Constitucional anterior?”<sup>16</sup>

A intensidade da repressão, no entanto, fornece uma explicação apenas parcial para seu sucesso. Como descrevemos acima, a maioria das políticas repressivas fracassa não porque os Estados as aplicam com força insuficiente, mas porque os grupos criminosos têm poderosos incentivos para responder à repressão estatal combatendo fogo com fogo. No entanto, praticamente não há evidências de que as *maras* usaram seu considerável poder para resistir à ameaça existencial representada pela repressão de Bukele. Embora não fossem tão bem financiadas ou bem armadas quanto outros grupos da região, as gangues salvadorenhas ainda eram organizações criminosas formidáveis. Como haviam demonstrado na década que antecedeu a repressão de Bukele, esses grupos — que afirmavam contar com pelo menos setenta mil membros ativos — tinham os recursos e a capacidade organiza-

---

III. Aliança Republicana Nacionalista, partido político conservador de El Salvador. (N. T.)

cional para extorquir 70% de todas as empresas, paralisar o sistema de transporte público do país, forçar o governo a negociar, influenciar as eleições nacionais e desencadear violência extraordinária com a mesma facilidade com que podiam contê-la. No entanto, segundo todos os relatos, as forças de segurança salvadorenhas encontraram pouca ou nenhuma resistência ao dismantelar as gangues que assolaram El Salvador por quase duas décadas.

Por que as gangues não reagiram? Pelo menos parte da resposta está no pacto que precedeu imediatamente a repressão. Talvez sem intenção, o pacto Bukele-*maras* teve duas consequências críticas para a forma como as gangues responderam à subsequente repressão.

Primeiro, o pacto afetou a capacidade das gangues de formular uma resposta estratégica e coordenada ao estado de exceção. Três anos de negociações criaram uma barreira entre os líderes das gangues, que há muito operavam de trás das grades, e seus membros de base nas ruas: enquanto os líderes colhiam os benefícios imediatos do pacto (como melhores condições prisionais, proteção contra extradição e, em alguns casos, libertação antecipada), era a base do crime organizado que tinha que se abster de usar a violência — um sacrifício caro que tornava mais difícil para eles realizar extorsões, proteger o território da gangue e resistir à prisão.

Para fazer cumprir o pacto e evitar perder o controle sobre a base, a alta cúpula das gangues, conhecida como *ranflas*, centralizou o controle, deixando suas organizações sem lugares-tenentes que pudessem liderar em sua ausência. Como disse um membro de uma gangue ao *El Faro*, por causa do pacto, “as *ranflas* [na prisão] não queriam nomear substitutos [nas ruas]. Não sei por que [...] esses loucos negociaram em benefício próprio”. Isso significava que o governo poderia reduzir a capacidade das gangues de coordenar uma resposta à repressão simplesmente cortando as comunicações entre as *ranflas* e sua base. “Ao contrário de 2015, quando o governo do presidente Salvador Sánchez

Cerén também lançou uma [política repressiva]”, observa o *El Faro*, “no ano passado, as gangues não receberam orientação de seus líderes para se organizarem para enfrentar o Estado”. Em vez disso, quando a repressão chegou, o que as forças de segurança encontraram foi uma constelação enfraquecida e desorganizada de “estruturas fragmentadas, deixadas nas mãos de gerentes intermediários sem instruções de cima para baixo [ou] a capacidade de tomar decisões importantes”.<sup>17</sup>

O pacto também reformulou os cálculos estratégicos dos membros das gangues sobre como responder à repressão estatal. Tradicionalmente, os grupos criminosos respondem à repressão incondicional com violência porque têm pouco a perder ao fazê-lo (visto que o Estado já jurou reprimi-los incondicionalmente) e potencialmente muito a ganhar (autodefesa e persuadir o Estado a recuar). Mas o pacto Bukele-*maras* inverteu essas expectativas. Antes de março de 2022, as gangues haviam realizado duas ondas de assassinatos semelhantes: a primeira em abril de 2020 e novamente em novembro de 2021. Em ambas as ocasiões, Bukele declarou guerra às gangues, seguida de medidas repressivas. Mas as gangues não reagiram, a repressão estatal diminuiu em poucos dias, e o pacto foi retomado. Esses episódios estabeleceram um poderoso precedente. As gangues aprenderam que o Estado não recorreria à violência a menos que elas o fizessem primeiro, e que, desde que não reagissem, qualquer repressão seria de curta duração. Quando a história pareceu se repetir em março de 2022, muitos membros de gangues teriam concluído que sua melhor resposta era se esconder.

Ao minar a capacidade das *maras* de coordenar uma resposta e dissuadir os membros das gangues de reagir, o pacto proporcionou uma oportunidade de paralisar as gangues com muito pouca resistência, adotando uma repressão súbita e incondicional. O Estado capitalizou essa oportunidade de forma rápida e decisiva, graças à intensidade do estado de emergência. É por isso que a repressão de Bukele foi bem-sucedida.

Essa interpretação oferece dois alertas iniciais sobre os riscos representados pela difusão do modelo Bukele. Primeiro, uma repressão da amplitude e intensidade de Bukele é incompatível com os freios e contrapesos democráticos. O senso comum sustenta que a repressão permitiu que Bukele desmantelasse a democracia salvadorenha. Na verdade, foi o oposto: uma repressão de tal magnitude só foi possível porque Bukele já havia capturado ou minado todas as instituições de *accountability* horizontal. Isso significa que qualquer governo que pretenda replicar a escala da repressão de Bukele provavelmente terá que ser bem sucedido em minar a democracia antes ou fracassará ao tentar reprimir o crime com *mano dura*.

Em segundo lugar, é improvável que as condições geradas pelo pacto de gangues de Bukele — cruciais para o sucesso da repressão — sejam facilmente replicadas em outros lugares. O pacto em si, assim como os processos que ele desencadeou, foram resultado de fatores idiossincráticos (como a estrutura das gangues salvadorenhas), escolhas contingentes (como a decisão das *ranflas* de não nomear tenentes) e, em última análise, sorte. A menos que aqueles que aspiram a copiar a repressão de Bukele também possam formular estratégias alternativas para evitar uma reação criminosa, seus esforços provavelmente resultarão em mais, e não menos, violência.

## **Os limites do modelo: os casos de Honduras e Equador**

Políticas ousadas que são bem-sucedidas em um ambiente frequentemente passam a ser consideradas como modelos que podem ser replicados em outros cenários, mas com pouca consideração sobre como o contexto, a sequência e as escolhas contingentes influenciam os resultados das políticas.<sup>18</sup> Assim, os líderes muitas vezes se propõem a emular políticas ousadas, mas colhem resultados muito diferentes. Isso é exatamente o que aconteceu em Honduras e no Equador, os dois

países latino-americanos que adotaram repressões ao estilo de Bukele desde março de 2022. Eles servem como evidência das limitações do modelo Bukele para o resto da região.

Como El Salvador, a violência de gangues e as redes de extorsão têm assolado Honduras há muito tempo. O tráfico de drogas também desempenhou um papel importante no cenário criminoso hondurenho, e o Estado tornou-se cada vez mais cúmplice das operações de tráfico de drogas sob o governo de Juan Orlando Hernández (2014-2022). Em 2021, Honduras tinha uma das maiores taxas de homicídio do mundo, enquanto os pagamentos de extorsão equivaliam a 3% do PIB do país.<sup>19</sup>

Em novembro de 2021, a candidata da oposição Xiomara Castro, do partido Liberdade e Refundação (Libre) — que fez campanha com uma plataforma de esquerda com uma abordagem progressista para a segurança pública — foi eleita presidente. Auxiliada por uma aliança eleitoral de última hora com o colega candidato da oposição Salvador Nasralla e seu Partido Salvador, a vitória esmagadora de Castro sobre o candidato do regime, Nasry Asfura, foi celebrada como uma vitória da democracia: durante doze anos no poder, o Partido Nacional havia estabelecido o que parecia ser um regime autoritário competitivo durável.<sup>20</sup>

Durante os três primeiros meses de seu mandato, Castro conseguiu fazer acordos com um Congresso Nacional de Honduras dividido para revogar a chamada lei de segredos oficiais, que permitia que as autoridades escondessem a corrupção impondo sigilo sobre uma ampla gama de documentos públicos; aumentar os subsídios à energia; e acabar com as Zonas de Emprego e Desenvolvimento Econômico, o controverso programa de cidades-modelo de Honduras. Esse período também coincidiu com a extradição do ex-presidente Hernández para os Estados Unidos por acusações de tráfico de drogas. Mas, no final de 2022, esse breve período de lua de mel chegou ao fim. A agenda legislativa de Castro estagnou em um congresso amargamente dividido, e seu apoio popular começou a diminuir.

Na tentativa de fortalecer seu capital político, Castro voltou-se para a segurança. Bukele, que era mais popular e conhecido em Honduras do que em qualquer outro lugar fora de El Salvador, ofereceu um roteiro pronto. No final de novembro, Castro declarou guerra à extorsão, anunciando um estado de emergência que restringiu vários direitos constitucionais e permitiu que as forças de segurança reprimissem a MS-13, o *Barrio 18* e outras gangues criminosas. Como observaram comentaristas e observadores, o modelo Bukele teve uma influência direta na política repressiva de Castro.

Crucialmente, no entanto, a repressão hondurenha tem sido muito mais limitada do que sua contraparte salvadorenha, tanto em escopo quanto em intensidade. Enquanto Bukele estabeleceu uma política de repressão em todo o país, a de Castro foi inicialmente limitada a 162 bairros em Tegucigalpa e San Pedro Sula. No final de 2023, o estado de emergência havia sido consideravelmente expandido, mas ainda incluía apenas 158 dos 298 municípios do país. O uso da força também empalideceu em comparação com El Salvador: segundo uma estimativa, as autoridades realizaram apenas 1.960 prisões adicionais um ano após o início da política de repressão.<sup>21</sup>

A repressão em Honduras rendeu resultados mistos — e parece ter exacerbado pelo menos algumas formas de violência de gangues. Um relatório independente de dezembro de 2023 observou que as taxas de homicídio diminuíram durante o estado de emergência, mas concluiu que essas melhorias foram impulsionadas principalmente por uma diminuição nos “homicídios ligados à violência interpessoal” em vez daqueles “atribuídos a gangues e atividades de extorsão”. Homicídios múltiplos contra civis tornaram-se mais comuns ao longo de 2023, e os confrontos violentos entre grupos criminosos e forças do Estado aumentaram em 45%. Os motins nas prisões dispararam.<sup>22</sup> O objetivo declarado da política de repressão era dismantelar a extorsão, mas as extorsões aumentaram 11%, alcançando o nível mais alto em cinco anos.<sup>23</sup>

No Equador, as políticas ao estilo de Bukele também não conseguiram eliminar a violência criminal. Em maio de 2023, o presidente Guillermo Lasso, que enfrentava um processo de impeachment, dissolveu a Assembleia Nacional do Equador e convocou eleições antecipadas. Os eleitores escolheriam um novo presidente para terminar o mandato de Lasso em um contexto de violência aguda. Embora o Equador tenha se orgulhado por muito tempo de ser “uma ilha de paz”, o tráfico de drogas e a guerra de gangues haviam destruído essa imagem: entre 2019 e 2023, a taxa de homicídios do Equador disparou de 7,03 por 100.000 habitantes para 47,25, a mais alta da América Latina. Atos de violência altamente visíveis tornaram-se cada vez mais comuns. Entre 2021 e 2023, por exemplo, massacres em prisões deixaram mais de quinhentos mortos. E, em um episódio particularmente dramático, pistoleiros assassinaram o candidato anticrime Fernando Villavicencio apenas onze dias antes do primeiro turno das eleições, em 20 de agosto de 2023.

Com apenas 35 anos, o empresário e deputado Daniel Noboa era um candidato relativamente desconhecido para cumprir o restante do mandato de Lasso: uma semana antes da eleição, as pesquisas colocavam seu apoio em um dígito. Mas com a disputa em desordem após o assassinato de Villavicencio e com um bom desempenho no único debate televisionado da campanha, Noboa superou as expectativas das pesquisas e garantiu um lugar no segundo turno de 15 de outubro — o tipo de resultado eleitoral inesperado típico de democracias esvaziadas.<sup>24</sup>

Antes de seu desempenho surpreendente no primeiro turno, Noboa havia diminuído a ênfase na segurança, enquadrando sua candidatura em torno de posições de centro-direita em questões econômicas. Sua postura em relação ao crime começou a endurecer depois de se qualificar para o segundo turno, mas, no geral, Noboa “se apresentou como um político moderado, distante de posições fortes [sobre segurança] como as de Nayib Bukele”.<sup>25</sup> Noboa venceu o segundo turno

por pouco e se tornou presidente em 23 de novembro. Nas primeiras seis semanas de seu mandato, ele reorganizou o alto comando militar e policial, prometeu construir duas novas prisões de segurança máxima nos moldes do Centro de Confinamento de Terrorismo de Bukele, e disse que tinha um plano para retomar o controle sobre as prisões do país. Além disso, em meados de dezembro, a procuradora-geral Diana Salazar Méndez lançou a “Operação Metástase”, uma ampla investigação contra funcionários públicos ligados ao crime organizado.

Então, no início de janeiro de 2024, a situação de segurança do Equador atingiu um ponto crítico. Em 7 de janeiro, as autoridades policiais descobriram que José Adolfo “Fito” Macías Villamar, líder do sindicato *Los Choneros*, havia escapado de uma penitenciária em Guayaquil para evitar a transferência para uma prisão de segurança máxima. No dia seguinte, Noboa decretou um *estado de excepción* semelhante ao de El Salvador, acrescentando que havia ordenado às forças de segurança que retomassem o controle sobre as prisões do país.<sup>26</sup> Em 9 de janeiro, as gangues responderam com uma onda de ataques violentos em Guayaquil, Quito, Esmeraldas e outras cidades. Grupos criminosos atacaram universidades, hospitais, prisões, policiais e civis em plena luz do dia. Ameaças de bomba forçaram a evacuação de prédios do governo, e quase duzentos guardas foram mantidos reféns em meio a rebeliões nas prisões. Um comando de *Los Choneros* entrou no estúdio de uma rede de televisão estatal em Guayaquil e fez seus jornalistas de reféns enquanto eles transmitiam ao vivo. “As máfias ligadas ao narcotráfico reagiram para mostrar que são capazes de sitiar a democracia”, concluiu um especialista. Esses grupos criminosos responderam à “demonstração de força” de Noboa com uma mensagem inequívoca: “Nós estamos no comando e vamos provar isso a vocês”.<sup>27</sup>

À medida que o Equador mergulhava em crise, Noboa redobrou a repressão, decretando um estado de “conflito armado interno” e designando 22 grupos criminosos como organizações terroristas e atores

não estatais hostis. “A partir deste momento, todo grupo terrorista [...] tornou-se um alvo militar”, anunciou o chefe do Comando Conjunto das Forças Armadas.<sup>28</sup> Nos dois meses seguintes, as autoridades teriam realizado aproximadamente onze mil prisões — cerca de um terço do que houve em El Salvador durante os dois primeiros meses da política de repressão de Bukele.

Embora a delicada situação de segurança do Equador continue a se desenvolver, a repressão de Noboa, como a de Castro, parece ter produzido resultados mistos. De acordo com estatísticas oficiais, o número de homicídios diminuiu acentuadamente entre janeiro e março, enquanto o índice de aprovação de Noboa subiu para 80%. Mas, longe de serem derrotados, os grupos criminosos do Equador parecem ter se adaptado, diversificado e realocado suas atividades — pelo menos temporariamente. Extorsões e sequestros dispararam, particularmente no reduto de gangues de Guayaquil.<sup>29</sup> Os criminosos também continuaram visando políticos eleitos: pelo menos quatro políticos locais foram assassinados desde janeiro. E há sinais de que uma reação criminosa continua sendo possível, especialmente se a repressão endurecer. Em uma nova demonstração de força, grupos criminosos cometeram 137 homicídios durante a semana de 27 de março, sendo oitenta apenas no fim de semana da Páscoa.<sup>30</sup> O índice de aprovação do presidente, enquanto isso, caiu para a faixa dos 50%.

No entanto, Noboa, que provavelmente concorrerá a um mandato completo em fevereiro de 2025, parece estar disposto a continuar no caminho da *mano dura*. O estado de emergência em todo o país, legalmente restrito a noventa dias, foi suspenso no início de abril de 2024. Porém, em um referendo realizado em 21 de abril, os equatorianos votaram a favor da extensão do papel das forças armadas na aplicação da lei, do aumento das penas e da permissão de extradição, entre outras políticas punitivas. E, no início de maio, Noboa anunciou estados de emergência locais em cinco das 24 províncias do país. Ainda não se

sabe quais serão as consequências desses acontecimentos.

Por enquanto, Honduras e Equador oferecem lições sobre os usos e limites do modelo Bukele. Eles sugerem que as políticas ao estilo de Bukele podem ser atraentes para líderes de todo o espectro político: Castro concorreu à esquerda, Noboa concorreu à direita, e ambos abraçaram políticas repressivas com facilidade. Mas eles fizeram isso sob circunstâncias diferentes. Noboa recorreu ao *mano durismo* por necessidade: a situação de segurança do Equador, que se deteriorava rapidamente, praticamente o forçou a endurecer sua posição sobre o crime. Em Honduras, a mudança de Castro em direção ao *mano durismo* parece mais calculada, projetada acima de tudo para ajudar a impulsionar uma presidente cuja agenda e apoio popular estavam cada vez mais sobrecarregados pela disfunção política. No entanto, ambos contaram com a popularidade esmagadora das políticas de combate ao crime e, em ambos os casos, o modelo Bukele forneceu uma fórmula *mano dura* pronta.

Ambos os casos também ilustram os desafios envolvidos na replicação do sucesso da política repressiva de Bukele. Se definirmos sucesso como erradicar a violência criminal organizada e eliminar organizações criminosas, ambas as políticas repressivas fracassaram. Equador e Honduras não são El Salvador, e não pretendemos fornecer um relato definitivo dos motivos pelos quais as repressões de Noboa e Castro fracassaram. No entanto, está claro que a escala dessas repressões foi limitada por restrições à presidência.

Em Honduras, Castro enfrentou um congresso controlado pela oposição e uma força policial esgotada e corrupta. No Equador, Noboa também enfrentou uma assembleia controlada pela oposição, bem como limites legais sobre a duração e a natureza das políticas de *mano dura*. E, ao contrário de Bukele, nem Castro nem Noboa tinham uma estratégia para evitar a reação e adaptação do crime. Grupos criminosos parecem ter respondido a essas repressões conforme previsto

pelo senso comum sobre políticas repressivas na América Latina: eles ajustaram suas operações onde foi possível, redobram a violência quando necessário e, por fim, continuaram a prosperar.

## Olhando para o futuro

Apesar desses fracassos iniciais, quão provável é que o modelo Bukele continue a moldar as abordagens de segurança na América Latina? Uma possibilidade é que a popularidade do modelo seja efêmera. A difusão de políticas tende a seguir um padrão em forma de sino: o entusiasmo inicial leva a uma onda de emulação, mas à medida que os desafios envolvidos na replicação do sucesso original da política se tornam mais evidentes, a difusão geralmente diminui.<sup>31</sup> Se Honduras e Equador — e talvez outros emuladores iniciais do modelo Bukele — não forem capazes de replicar o sucesso de El Salvador, o apelo do modelo pode diminuir.

No entanto, parece improvável que o apelo das políticas ao estilo de Bukele — ou pelo menos da *mano dura* de maneira mais geral — desapareça num futuro próximo. Enquanto a insegurança continuar a assolar as democracias da América Latina, os eleitores continuarão a exigir uma ação enérgica do Estado. Os políticos continuarão a abraçar a *mano dura*, e pelo menos alguns aspectos da experiência salvadoreña provavelmente continuarão a moldar esses esforços. A insegurança persistente continuará a corroer a confiança da população nas instituições democráticas, e as demandas por políticas duras contra o crime continuarão a

---

***Não há sinais de que o estado de emergência será suspenso, mesmo com as gangues dizimadas e as evidências de abusos do Estado continuando a aumentar. El Salvador tornou-se um país “sem gangues e sem democracia”.***

---

fornecer uma abertura para os líderes minarem os freios e contrapesos e restringirem os direitos civis.

Para escapar desse ciclo, os governos devem encontrar estratégias para obter resultados dentro — e não às custas — de normas, princípios e instituições democráticas. Como argumentou Gustavo Flores-Macías, essas estratégias podem envolver o investimento em táticas de policiamento mais eficientes e transparentes, a melhoria dos sistemas anticorrupção e a promoção da reforma do sistema de justiça.<sup>32</sup> De qualquer forma, enquanto os eleitores perceberem que não há alternativas viáveis de curto prazo às políticas de combate ao crime, será difícil resistir à tentação da *mano dura*.

Quanto a El Salvador, a repressão de Bukele contribuiu para o colapso da democracia. Em fevereiro de 2024, graças em parte à popularidade esmagadora do *régimen de excepción*, Bukele foi reeleito para um segundo mandato com mais de 84% dos votos. Enquanto isso, seu partido, Novas Ideias, conquistou 54 dos 60 assentos na Assembleia Legislativa. Foi uma eleição que consolidou a descida de El Salvador ao autoritarismo competitivo: Bukele concorreu apesar de uma proibição constitucional à reeleição, manipulou o mapa eleitoral do país para favorecer Novas Ideias e abusou dos recursos do Estado para usar as regras eleitorais contra a oposição. Os legisladores do partido agora começaram o processo de reescrever a constituição, uma medida que quase certamente estenderá o mandato de Bukele e aumentará seu controle sobre o poder. E enquanto escrevemos, não há sinais de que o estado de emergência será suspenso, mesmo com as gangues dizimadas e as evidências de abusos do Estado continuando a aumentar. El Salvador tornou-se um país “sem gangues e sem democracia”.<sup>33</sup> Parece provável que continue assim.

## Notas

1. Will Freeman, “Nayib Bukele’s Growing List of Latin American Admirers”, *Americas Quarterly*, 16 fevereiro 2023, <https://www.americasquarterly.org/article/nayib-bukelesgrowing-list-of-latin-american-admirers/>.
2. Benjamin Lessing, *Making Peace in Drug Wars: Crackdowns and Cartels in Latin America* (Nova York: Cambridge University Press, 2017).
3. Gabriela Calderón et al., “The Beheading of Criminal Organizations and the Dynamics of Violence in Mexico”, *Journal of Conflict Resolution* 59 (dezembro 2015): 1455–85.
4. Human Rights Watch, “Neither Rights Nor Security: Killings, Torture, and Disappearances in Mexico’s ‘War on Drugs’”, 9 novembro 2011.
5. Human Rights Watch, “‘Good Cops Are Afraid’: The Toll of Unchecked Police Violence in Rio de Janeiro”, 7 julho 2016.
6. “One Year Under the State of Exception: A Permanent Measure of Repression and Human Rights Violations”, Cristosal, 12 maio 2023, <https://crisotal.org/EN/wp-content/uploads/2023/08/One-year-under-the-state-of-exception-1.pdf>.
7. Ver, por exemplo, Isabel G. Laterzo, “Progressive Ideology and Support for Punitive Crime Policy: Evidence from Argentina and Brazil”, *Comparative Political Studies* 57 (maio 2024): 999–1034.
8. Esta seção baseia-se em Manuel Meléndez-Sánchez, “Bukele Has Defeated El Salvador’s Gangs—for Now. How? And What Does It Mean for the Region?” *Lawfare*, 27 março 2023, <https://www.lawfaremedia.org/article/bukele-has-defeated-el-salvadors-gangs-now-how-and-what-does-it-mean-region>.
9. Carlos Martínez et al., “Bukele Has Been Negotiating with MS-13 for a Reduction in Homicides and Electoral Support”, *El Faro*, 6 setembro 2020, [https://elfaro.net/en/202009/el\\_salvador/24785/Bukele-Has-Been-Negotiating-with-MS-13-for-a-Reduction-in-Homicides-and-Electoral-Support.htm/](https://elfaro.net/en/202009/el_salvador/24785/Bukele-Has-Been-Negotiating-with-MS-13-for-a-Reduction-in-Homicides-and-Electoral-Support.htm/).
10. Jaime Quintanilla e Daniel Valencia, “‘Captúrenlos a todos’: la verdadera historia del régimen de Bukele”, *Redacción Regional*, 9 dezembro 2022, <https://www.redaccionregional.com/militarismo/la-verdadera-historia-del-regimen-de-bukele/>.

11. Human Rights Watch, “‘We Can Arrest Anyone We Want’: Widespread Human Rights Violations Under El Salvador’s ‘State of Emergency’”, dezembro 2022, [https://www.hrw.org/sites/default/files/media\\_2022/12/elsalvador1222web.pdf](https://www.hrw.org/sites/default/files/media_2022/12/elsalvador1222web.pdf).
12. “Preferencias electorales de la población salvadoreña”, Instituto Universitario de Opinión Pública, Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, janeiro 2024, <https://uca.edu.sv/iudop/wp-content/uploads/2024/01/PPT-Preelectoral-2024.pdf>.
13. Carlos Martínez, Efrén Lemus e Óscar Martínez, “Bukele Government Dismantled Gang Presence in El Salvador”, *El Faro*, 3 fevereiro 2023, [https://elfaro.net/en/202302/el\\_salvador/26694/Bukele-Government-Dismantled-Gang-Presence-in-El-Salvador.htm](https://elfaro.net/en/202302/el_salvador/26694/Bukele-Government-Dismantled-Gang-Presence-in-El-Salvador.htm).
14. “Oficial: más de 22 mil 700 muertos por violencia”, *El Universal*, 13 abril 2010, <https://web.archive.org/web/20150103095427/http://www.eluniversal.com.mx/notas/672485.html>.
15. Manuel Meléndez-Sánchez, “Latin America Erupts: Millennial Authoritarianism in El Salvador”, *Journal of Democracy* 32 (julho 2021), 19–32.
16. CNN en Español (@CNNEE), “Discurso completo de Bukele para proclamarse ganador de las elecciones presidenciales en El Salvador”, YouTube, 5 fevereiro 2024, minuto 15:17, <https://www.youtube.com/watch?v=YvAS1iORqis>.
17. Martínez, Lemus e Martínez, “Bukele Government Dismantled Gang Presence in El Salvador”.
18. Kurt Weyland, “Theories of Policy Diffusion: Lessons from Latin American Pension Reform”, *World Politics* 57 (janeiro 2005): 262–95.
19. “Honduras Enters Partial State of Emergency amid Gang Crackdown”, Reuters, 6 dezembro 2022, <https://www.reuters.com/world/americas/honduras-enters-partial-state-emergency-amid-gang-crackdown-2022-12-06/>.
20. Will Freeman e Lucas Perelló, “The Long Game: The Opposition Wins in Honduras”, *Journal of Democracy* 33 (abril 2022): 118–32.

21. Ariel Trigueros, “Un año de estado de excepción: pocas condenas y no cesa el azote del crimen”, *La Prensa*, 5 dezembro 2023, <https://www.laprensa.hn/premium/honduras-estado-excepcion-resultados-ectorsion-capturas-maras-pandillas-doce-meses-PK16490483>.
22. ACLED, “Fighting Gangs Under the State of Exception in Honduras”, 5 dezembro 2023, <https://acleddata.com/2023/12/05/fighting-gangs-under-the-state-of-exception-in-honduras/>.
23. Karol Pavón, “Extorsión subió durante 2023, pese al estado de excepción vigente en Honduras”, *La Prensa*, 11 dezembro 2023, <https://www.laprensa.hn/amp/premium/extorsion-aumento-estado-excepcion-seguridad-honduras-NL16590049>.
24. Rodrigo Barrenechea e Alberto Vergara, “Peru: The Danger of Powerless Democracy”, *Journal of Democracy* 34 (abril 2023): 77–89 [Ed. bras.: “Peru: o perigo de uma democracia fraca”, *Journal of Democracy em Português* 12, n. 2 (2023)].
25. “3 claves que explican el ‘conflicto armado interno’ declarado en Ecuador tras varias jornadas de violencia”, BBC News Mundo, 10 janeiro 2024, <https://www.bbc.com/mundo/articles/cerlp2w1rrpo>.
26. Presidência da República do Equador (@PresidenciaEc), “Ante la situación de seguridad que vive el país”, YouTube, 8 janeiro 2024, [https://www.youtube.com/watch?v=IXN\\_BpZJYk4](https://www.youtube.com/watch?v=IXN_BpZJYk4).
27. “3 claves que explican el ‘conflicto armado interno’ declarado en Ecuador”.
28. Ana María Cañizares et al., “Ecuador Declares ‘Internal Armed Conflict’ as Gunmen Take over Live TV Broadcast”, CNN, 10 janeiro 2024, <https://www.cnn.com/2024/01/09/americas/armed-men-interrupt-live-tv-ecuador-intl/index.html>.
29. Ryan C. Berg e Rubi Bledsoe, “In the Eye of the Storm: Ecuador’s Compounding Crises”, Center for Strategic and International Studies, 24 abril 2024, <https://www.csis.org/analysis/eye-storm-ecuadors-compounding-crises>.
30. Carolina Mella, “80 asesinatos en tres días: las matanzas vuelven a atemorizar a Ecuador”, *El País*, 1º abril 2024, <https://elpais.com/america/2024-04-02/80-asesinatos-en-tres-dias-las-matanzas-vuelven-a-atemorizar-a-ecuador.html>.

31. Weyland, “Theories of Policy Diffusion”, 265 n. 8.
32. Gustavo Flores-Macías, “The Costs of El Salvador’s Crime Crackdown”, *Foreign Affairs*, 20 março 2024, <https://www.foreignaffairs.com/central-america/bukele-costs-salvadors-crime-crackdown>.
33. “Sin maras y sin democracia”, *El Faro*, 3 fevereiro 2023, <https://elfaro.net/es/202302/columnas/26696/Sin-maras-y-sin-democracia.htm>.

*Plataforma Democrática* ([www.plataformademocratica.org](http://www.plataformademocratica.org)) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

### **As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:**

#### **Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

#### **Meios de comunicação e Democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

#### **Sociedade civil e democracia:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

#### **Bibliotecas virtuais:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

#### **Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:**

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>